



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU  
DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR**

**JUCYCLER FERREIRA FREITAS**

**ENSINO SUPERIOR EM TEMPOS PANDÊMICOS: UMA ANÁLISE ACERCA DOS  
REFLEXOS DA COVID-19 NA DOCÊNCIA**

**JUAZEIRO DO NORTE**

**2022**

**JUCYCLER FERREIRA FREITAS**

**ENSINO SUPERIOR EM TEMPOS PANDÊMICOS: UMA ANÁLISE ACERCA DOS  
REFLEXOS DA COVID-19 NA DOCÊNCIA**

**JUAZEIRO DO NORTE**

**2022**

## RESUMO

O contexto mundial vem sofrendo inúmeras intempéries ao longo do tempo, desde abalos sísmicos, quanto econômico. Assim, não diverso desse aspecto, perpassou nos últimos anos pela pandemia decorrente do novo coronavírus, o que impactou no âmbito social, na economia e, por conseguinte, no ambiente educacional, trazendo severos gravames, notadamente em nível da interação discente-docente. Desse modo, o estudo torna-se relevante ao passo que debruça-se e submerge nesse diapasão, buscando assim, desvelar os aspectos que permearam esse âmbito, principalmente acerca dos impactos inerentes a uso das tecnologias digitais enquanto ferramentas de auxílio ao desempenho docente. Nesse sentido, o estudo buscou analisar os efeitos do período pandêmico sobre o ensino superior, notadamente no que concerne à prática docente. Para tanto, caracterizou-se de cunho qualitativo, exploratório, documental e hipotético dedutivo, embasando-se em dados secundários de domínio público, inclusive de órgãos nacionais e internacionais. Desse modo, vislumbrou-se que, a ausência de acesso à rede mundial de internet tornou-se um dos primordiais gargalos para o desenvolvimento da educação durante o período pandêmico e que, esse afetou significativamente o processo de ensino e aprendizagem, além de aspectos biopsicossociais dos envolvidos nessa interação.

**Palavras-chave:** Docência. COVID-19. Tecnologias Digitais.

## ABSTRACT

The world context has been suffering numerous bad weather over time, from earthquakes to economic. Thus, not unlike this aspect, in recent years it has passed through the pandemic resulting from the new coronavirus, which has an impact on the social sphere, on the economy and, therefore, on the educational environment, bringing severe burdens, notably at the level of student-teacher interaction. In this way, the study becomes relevant as it leans and submerges in this tuning fork, thus seeking to unveil the aspects that permeated this scope, especially about the inherent impacts of the use of digital technologies as tools to aid teaching performance. In this sense, the study sought to analyze the effects of the pandemic period on higher education, notably with regard to teaching practice. Therefore, it was characterized as qualitative, exploratory, documentary and hypothetical deductive, based on secondary data in the public domain, including national and international bodies. In this way, it was seen that the lack of access to the global internet network became one of the main bottlenecks for the development of education during the pandemic period and that this significantly affected the teaching and learning process, in addition to biopsychosocial aspects. of those involved in this interaction.

**Keywords:** Teaching. COVID-19. Digital Technologies.

## INTRODUÇÃO

Em 2019, surge na cidade de Wuhan na China, a nova cepa do coronavírus e, em 2020, reconhece-se o status pandêmico da COVID-19 (OPAS, OMS, 2021). Com

isso, distintas medidas sanitárias foram implementadas, inclusive o isolamento e distanciamento social.

Desse modo, inúmeros aspectos da sociedade foram atingidos direta ou indiretamente, inclusive a vivência em coletividade. Com isso, surgiram repercussões no fator psíquico, bem como no âmbito educacional dos sujeitos, afetando a comunidade acadêmica de modo veemente, repercutindo inclusive nas carências de adaptação às novas tecnologias, para que assim se desempenhe o ensino.

Isto posto, os discentes e docentes passaram a ter necessidade de acesso à rede mundial de internet, bem como, o acesso a distintas plataformas educacionais e de videoconferência, a exemplo do Google Meet. Assim sendo, surgem para os docentes a imprescindibilidade de adaptação aos novos mecanismos educacionais impostos pelo período pandêmico, notadamente as ferramentas educacionais digitais, impondo a retirada dos velhos modos de ensino e inserção na educação 4.0.

De tal forma que, o próprio ensino virtual passa a demanda uma nova postura docente e aplicação da metodologias educacionais ativas, onde o aluno deixa de ser apenas receptor de informações. Atrelado à tais fatores, o docente ainda se deparou com o fato de ter que não conviver mais fisicamente com os acadêmicos, tendo em vista a suspensão das aulas presenciais, que passaram a ser substituídas por aulas em ambiente virtual.

Destarte, o presente estudo fará uma abordagem de cunho qualitativo, bibliográfico e documental, com base em dados secundários de domínio público, tais como, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, OMS, OPAS, dentre outros. Possuindo o objetivo precípua de analisar os efeitos do período pandêmico sobre o ensino superior, notadamente no que concerne à prática docente.

Portanto, ao término do desempenho desse trabalho pretende-se gerar como produto, um artigo que constituirá o trabalho de conclusão de curso. Almejando assim, que a aludida pesquisa possa colaborar no desempenho de estudos futuros, onde possa se incrementar nas descobertas que auxiliem a atividade docente.

É sabido que o advento da pandemia da COVID-19 ensejou em inúmeras mutações na sociedade mundial, impondo a carência do manutenção do distanciamento e isolamento, o que repercutiu diretamente no âmbito educacional. Nesse sentido, de acordo com Martins e Almeida (2020) as instituições educacionais

careceram suspender as aulas que se davam até então de modo presencial e, passaram a aderir ao ensino remoto e não presencial.

Desse modo, o estudo tornou-se salutar para que pudéssemos compreender os percalços que surgiram ao longo do período pandêmico. Notadamente em relação à interação discente-docente, cuja realidade vivenciei de perto, tanto na função de tutor, quanto no papel discente de pós-graduação, onde assim como muitos, por vezes, senti-me desmotivado em dar continuidade ao processo, que tornou-se exaustivo. Principalmente, pelo fato de não manter vínculo afetivo e o contato físico com colegas e mestres, que nos propulsiona e nos revigora.

Desse modo, resolvi debruçar-se sobre o dilema que ora me apresentava e que afligia não só a mim, mas a inúmeros discentes nos distintos níveis de ensino. Vi o quão seria relevante aprofundar os conhecimentos e encampar novos, principalmente os emanados do período que vivenciamos numa realidade próxima e, que, aparentemente está nos deixando retornar a “normalidade”.

Logo, surge a carência em compreender como esse fenômeno afetou a atividade docente e, por conseguinte, o discente; para que assim possamos colaborar na posteridade com a assimilação desse fenômeno pretérito que constituiu-se a COVID no âmbito educacional.

Nesse tocante, enseja-se aos docentes, a necessidade de se adaptarem ao novo método de ensino e, por conseguinte tornarem-se adeptos às novas ferramentas que permitiam o desempenho do ensino em busca da aprendizagem discente, dentre as quais, as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TIDCs). Além disso, surge o incremento da educação 4.0 e seus mecanismos educacionais. Desse modo, até qual circunstância a COVID-19 influenciou no desempenho da prática docente no ensino superior?

Nesse diapasão, levantou-se as seguintes hipóteses: O período pandêmico afetou o processo de ensino, ao não permitir o desempenho das aulas remotas nos mesmos moldes das presenciais, condicionando o modo de oferta e seus objetivos; as aulas não presenciais repercutem tanto na vivência dos docentes, quanto dos discentes, e; a utilização das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TIDCs) tornou-se ferramenta para a viabilização do ensino e aprendizagem em tempos pandêmicos.

Logo, Compreender que o período pelo qual perpassamos é árduo e que demanda inúmeras intervenções, inclusive no campo social, físico e mental.

Apresentando-se concepções e ferramentas de gerenciamento desse período e necessárias a tomada de decisões necessárias para a precaução da COVID-19 e minimização dos efeitos letais que tem trazido.

O que propulsiona o desempenho do estudo foi a busca pelo entendimento acerca de tais mutações derivadas da COVID-19, notadamente no âmbito ensino superior, inclusive no âmbito da inserção das TDICs como mecanismos para a promoção do ensino e, por conseguinte, aprendizagem.

Nesse sentido, o presente estudo esteve galgado em dados secundários obtidos a partir de documentos e instrumentos bibliográficos de domínio público disponível em distintos sites e plataformas. Para tanto, a pesquisa conjecturou-se de cunho qualitativo e exploratório, buscando o desempenho de um estudo documental e de caráter hipotético dedutivo.

Além disso, buscou analisar os efeitos do período pandêmico sobre o ensino superior, notadamente no que concerne à prática docente, a partir da discussão acerca da COVID-19, do ensino superior e das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TIDCs). Bem como, por meio da contextualização do ensino superior ao longo do período pandêmico; assim como, desempenhando uma avaliação da função docente nesse espaço temporal.

## **EDUCAÇÃO**

### **PERCORRENDO O TRAJETO DE CONSTRUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**

A instituição de ensino, ora denominada universidade, remonta aos tempos medievais, cuja origem territorial se dá na Itália e na França do século XI. Assumindo o caráter escolástico e encampando a função social das instituições religiosas que fizeram com que germinassem. As instituições, tornaram-se espaços precípuos para a geração de conhecimento submergido no contexto social feudal e no renascimento com o papel de promover a educação da classe elitista e pensante do período (FILHO, 2008).

Esse modelo de universidade, que herdou uma gama de ensinamentos oriundos da igreja católica romana do período, cuja missão de supostamente civilizar o ocidente sob os preceitos cristãos passou pelos seguintes entreveros: por meio da congregação de estudantes livres, que desencadeou no surgimento da Universidade de Bolonha; através da tomada de decisão dos Estados autônomos, fazendo com que surja a Universidade de Oxford, e; por

meio da conservação de uma procedência direta religiosa, dando origem à Universidade de Paris (FILHO, 2008).

O contexto religioso se fez preponderante no âmbito universitário, cuja estigmatização se fez presente por meio do tratamento desigual dado às classes sociais, haja vista que destinava-se ao preparo de pensadores pertencentes à elite. Vislumbra-se nesse período a verticalidade do processo de ensino-aprendizagem por meio da autoridade que detinha o docente para a transmissão do conhecimento e, por conseguinte, apreensão por parte do discente.

O contexto universitário inicial albergava a concepção teológica extravagante, que encontrava embasamento na filosofia escolástica. Sendo responsável pela concepção e guarda da doutrina, cujo conhecimento advinha com a devida reverência aos nascedouros sagrados da autoridade, emanando de um modelo de transmissão de conhecimento decorrente da relação direta mestre-aprendiz (FILHO, 2008).

A estrutura curricular da universidade era simples e dividia-se em *trivium* e *quadrivium* a partir da composição das sete artes liberais, cujo exclusivo ensino particularizado era a teologia. Com o advento das primeiras universidades laicas, notadamente no território norte-italiano, incrementou-se o estudo das leis destinado à formação jurídica particularizada, objetivando a materialização de uma ordem de cunho jurídico-mercantil, primordial ao poderio econômico decorrente do advento da burguesia (FILHO, 2008).

Vislumbra-se o quão o conhecimento universitário foi atrelado ao aspecto teológico predominante na época, cuja conotação adquire nova roupagem a partir da implementação do estudo jurídico. Contudo, busca-se atingir o poderio econômico restrito apenas a classe burguesa. Todavia, nesse período ainda não se concebe um ambiente universitário de cunho sustentável, pois não se observa a atenção ao critério social, haja vista que há uma exclusão de classes menos abastadas e minorias, incluindo-se os surdos.

As artes de caráter mecânico, assemelhadas às atuais engenharias não tinham o cunho universitário-institucional. Por seu turno, a medicina, inicialmente se deu por meio de escolas de preparação médica, cuja precursora fora a escola de Salerno, que data do século X, tornando-se faculdades no século XIII e passando a integrar as universidades (FILHO, 2008).

Tinha-se na época de transição entre a universidade medieval para a moderna, uma conjectura curricular austera, constituída pelas faculdades de teologia e direito, e, posteriormente, no século XV, pelas faculdades de medicina, as quais passam a ser tidas por faculdades superiores e originam a nomenclatura de educação superior (FILHO, 2008).

Em meio a Europa pós-renascentista submergida no novo meio de produção, denominado capitalismo, cria-se a universidade da arte-cultura, como forma de atender aos anseios da amplitude cultural e artística que se manifestava na África e na Ásia e se transpunha para o continente europeu (FILHO, 2008).

Com isso, dá-se vazio ao surgimento de um novo protótipo acadêmico, onde com base no enciclopedismo objetiva-se promover na elite burguesa da época, aptidões literárias e artísticas peculiares ao iluminismo (FILHO, 2008).

Por muito tempo áreas do conhecimento foram tidas como superiores e integrantes do ensino superior, a exemplo da medicina. Entretanto, o advento do iluminismo trouxe consigo a instigação da escrita e, por conseguinte, criticidade do espaço universitário e do sujeito que lhe integrava. Todavia, não há menção nos relatos histórico da inclusão surda nesse contexto.

As universidades tinham impregnado em si o tradicionalismo e valorização do conhecimento doutrinário, onde os intelectos eram instituídos com base em um humanismo ritualizado e retrógrado. Entretanto, o período era marcado pela ascensão editorial em seus diversos formatos, bem como, ressurgimento das bibliotecas (FILHO, 2008).

No território alemão, a universidade percussora de cunho moderno fora a Universidade de Berlim, que seguia os preceitos Humboldt e disseminou-se pela Europa do século XIX, cuja premissa insere a pesquisa como eixo de integração dessa modalidade de ensino e define o que será ou não ensinado no âmbito universitário, quase nunca o conhecimento científico sistemático se dava no âmbito da universidade (FILHO, 2008).

Na Inglaterra, por seu turno, a universidade visava atender aos anseios econômicos do período, com a manutenção do tradicionalismo através da Universidade Oxford e Cambridge, com aspecto fidalgo. Além disso, instituiu-se escolas superiores e institutos científicos e tecnológicos destinados à formação de diversas profissões, dentre elas, engenharia, contabilidade, dentre outras (FILHO, 2008).

Nos Estados Unidos, no século XVII, as primeiras instituições de ensino superior surgem primando pelo atendimento às carências educacionais das comunidades inseridas em seu território, primando pela conservação dos seus valores. A influência protestante foi a precípua influência para a alfabetização, para que assim, todos tivessem acesso aos textos bíblicos, tornando a sociedade colonial norte-americana uma das mais escolarizadas no contexto mundial (FILHO, 2008).

O contexto universitário encampa o aspecto empírico, cujo conhecimento emana do saber decorrente da pesquisa, rechaçando ou não o que é conhecimento com base nas premissas da pesquisa. Contudo, em alguns territórios o âmbito universitário ainda

permanecia adstrito às classes sociais mais abastadas. Doutra banda, no território norte americano, busca-se a observância das necessidades de escolarização da população.

Na América espanhola, desde o século XVI já existiam seis instituições de ensino decorrentes da ação conjunta do Estado e da igreja, onde adotava-se os moldes semelhantes de ensino. E, em 1800, contando 20 universidades ao longo da extensão territorial do México ao Chile (FILHO, 2008).

No século XIX, dissemina-se o modelo francês de ensino, aplicado pela universidade napoleônica, cuja organização administrativa ocorre através de autarquias. Por seu turno, em Cordoba, na Argentina, levanta-se a reivindicação da participação discente no gerenciamento universitário e realização de concursos públicos com o intuito de formar o corpo docente (FILHO, 2008).

Na contramão desse posicionamento, Portugal concentrava-se em si a formação universitária, cujo desempenho era vedado de ser realizado nas colônias, a exemplo do Brasil, posicionamento esse que perdurou até o início do século XIX. Nesse sentido, alguns privilegiados – aristocratas e funcionários de alta patente, eram enviados para cursarem o ensino superior em Coimbra, em Portugal. Contudo, só havia formação destinada aos cursos de teologia, direito e medicina, no formato escolástico medieval (FILHO, 2008).

O Brasil, ao contrário do movimento universitário ocorrido em outros países, inclusive no integrantes do mesmo continente que o seu, adota um processo de institucionalização universitário tardio, o que pode justificar a tardia escolarização dos sujeitos que integram seu território, que por anos se refletiu através das taxas de analfabetismo presentes no território pátrio.

No Brasil, por ocasião da instalação da corte portuguesa, em 1808, surgem as primeiras instituições de ensino superior, na Bahia – embrião da futura Universidade Federal da Bahia e, no Rio de Janeiro. Após 1822, dissemina-se outras instituições e cursos nas principais cidades brasileiras, todavia com o formato educacional português. Vindo a encampar o modelo francês e influência do modelo germânico após o início da república, notadamente em relação à produção científica (FILHO, 2008).

Até então o Brasil não detinha uma universidade, apenas faculdades. Diz-se que, em 1921 surge a Universidade do Brasil como ente educacional para a concessão do título de *doctor honoris causa* ao então rei da Bélgica – Rei Balduino. Que condicionou a sua participação na festa alusiva ao centenário da independência do Brasil à concessão dessa benesse máxima universitária (FILHO, 2008).

Desse modo, percebe-se o quão atrasado estava o nosso país em relação ao ensino universitário, haja vista que, enquanto países vizinhos já detinham essa instituição de ensino superior há séculos, nosso país ainda contava com anos.

Doutra banda, aponta-se que o surgimento da universidade ocorreu em 1912, no Paraná, com a união de faculdades isoladas. Todavia, aponta-se tal surgimento no Amazonas, em 1909. O fato é que, até então, havia a agregação de faculdades já instituídas, todavia, sem a devida conexão operacional, organizacional, instrutiva e com rigor científico. Contudo, a Faculdade de Medicina da Bahia, por suas práticas, demonstrou-se como a primeira a demonstrar-se como uma legítima universidade e atender a esses pressupostos (FILHO, 2008).

Todavia, de modo oficial, enquanto estrutura acadêmica e institucional integral, tem-se que a universidade surgiu no ano de 30, onde sobressaiu o modelo adotado pela Universidade de São Paulo, que contou com o auxílio de acadêmicos franceses, dentre eles, Claude Lévi-Strauss. O que concedeu o título de primeira universidade brasileira, tendo em vista as peculiaridades que detinha na época (FILHO, 2008).

Enquanto em outros países já havia se instituído a Universidade, enquanto instituição e, cujas instituições já andavam a passos largos, o Brasil só concebe essa instituição com peculiaridades acadêmicas em 1930, o que denota o desmazelo pelo ensino e pesquisa, bem como, a encampação atrasada do processo educacional democrático, que viria a permitir a participação efetiva dos indivíduos que nela estão inseridos, cujo empirismo se dá de fato em 1960, o que pode ter contribuído pelo lento crescimento do país e por anos deixando-o com altos índices de miserabilidade, haja vista que o aspecto tecnológico tornou-se propulsor para o crescimento dos países.

Entretanto, há quem discorde e afirme que a primeira instituição universitária brasileira fora a Universidade Federal do Distrito Federal, que fora erguida pelo pedagogo e filósofo, Anísio Teixeira. No período congregando os primordiais nomes da cultura brasileira, dentre eles, Villa-Lobos, Portinari, Gilberto Freire, Josué de Castro, Oscar Niemeyer, dentre outros. Ocasão em que instigou-os a pensar acerca da aplicação dos preceitos valorativos da educação democrática no ensino universitário, cujos preceitos foram aplicados na vindoura Universidade de Brasília (FILHO, 2008).

Diz-se que, após o término do período ditatorial de Vargas, ocorre o afiançamento da instituição da rede de universidades federais, inclusive a Universidade do Rio de Janeiro, a Universidade da Bahia e a Universidade de Recife. Na década de 60, desembarca no Brasil o modelo universitário de pesquisa tecnológica e científica. Assim, Anísio Teixeira e Darcy

Ribeiro conceberam um novo modelo civilizatório para esse país e que seria aplicada na Universidade de Brasília. Logo, sob os auspícios do pragmatismo norte-americano e, especialmente, da filosofia pedagógica de James Dewey, concebeu-se a concepção alargada do que mereceria ser considerado como universidade (FILHO, 2008).

Assim, nesse modelo ora concebido não haviam cátedras permanentes, nem tampouco, faculdades superiores, mas centros integrados a partir de áreas de conhecimento. Todavia, com o advento do regime militar, decide-se inserir no país a versão pobre do sistema norte-americano de ensino universitário, a qual passa a contar com o financiamento de empréstimos advindos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Porém, não possuía poder de sobrepôr aos que descendiam diretamente do ambiente universitário do velho mundo (FILHO, 2008).

Ao longo do processo de redemocratização do Brasil, um dos principais afetados com a crise instalada, fora a educação superior, que foi atingida pelo subfinanciamento, desordem administrativa e frequentes greves desencadeadas pelos corpos que lhe integravam (FILHO, 2008).

A oferta educacional em nível superior passa a contar com o aporte financeiro de instituições de fomento em âmbito internacional, cuja educação não recebia montante para atender a integralidade de suas necessidades. Contudo, o ensino superior passa por uma transformação que enseja na oferta a distância como mecanismo para atendimento e inserção de indivíduos de distintas origens.

No ano de 1990, já se prenunciava a inquietude acerca da difusão do Ensino Superior na América Latina. Para tanto, se dispôs acerca da implementação de procedimentos constantes de avaliação e de gerenciamento, bem como, a instauração de uma política destinada ao financiamento a partir de recursos de origem diversa, além disso, a busca pela diversificação e ampliação da isonomia de chances. Para tanto, a política de acesso carecia passar por um processo de mutação e, com isso, ensejar a possibilidade de inclusão de sujeitos de categorias diversificadas. Além disso, também enseja o surgimento da possibilidade das universidades converterem-se em ambientes abertos, que sejam aptos a propiciarem a oferta do ensino a distância (CASTRO, 2010).

Para tanto, o investimento na área educacional, vislumbrou-se como sendo o método estratégico para o auxílio aos deslanche econômico dos países tidos em situação de desenvolvimento. De forma que, a exemplo do Mercosul, torne-se viável a agregação dos sistemas educacionais implementados nos países (CASTRO, 2010).

Nesse período, por ocasião do Governo Fernando Henrique Cardoso, há uma abertura do sistema educacional de ensino superior, o que permitiu a exploração desse espaço pela iniciativa privada e, por conseguinte, disseminação de instituição de ensino privado pelo país e ampliação da quantidade de vagas (FILHO, 2008).

O investimento em educação superior foi visto como instrumento propício para a ocorrência do desenvolvimento pátrio. Contudo, esse ensino é posto nas mãos da iniciativa privada em sua maioria, o que implica em restrição de acesso, haja vista que subjuga a pessoa que deseja adentrar a esse espaço a carência de submeter-se em constantes situações a financiamentos estudantis, impelindo muitas vezes o indivíduo a cursar somente o ensino médio e buscar o mercado de trabalho, pois o ensino superior público e gratuito não consegue abarcar todos que desejam nele adentrar.

Porém, para atender a esse processo expansivo, fez-se necessário ao longo dos anos, que o ensino superior passasse por inúmeras mutações, inclusive no ordenamento jurídico, inclusive por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Oportunidade em que regulamentou-se o processo de escolha dos administradores da instituições federais de ensino, bem como, acerca da autonomia universitária.

Desse modo, passou-se a análise dos resultados inerentes ao processo de expansão da educação superior, através de índices formulados por diversos órgãos, dentre eles, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que por sua vez realiza a avaliação de diversos aspectos peculiares ao ensino superior, a exemplo, da quantidade de matrículas e perfil dos calouros.

Por seu turno, as políticas públicas pertinentes à educação passaram a estarem intrinsecamente relacionadas as mutações geopolíticas e culturais pelas quais perpassa a humanidade hodiernamente. Cujas transformações sofreram relevante influência de agências multilaterais de desenvolvimento, o que desencadeia na implementação de conjuntos avaliativos de cunho nacional, cujo foco primordial está na avaliação de desempenho educacional, o que perpassa pela reestrutura curricular dos sistemas de ensino e implementação de novos mecanismos intrínsecos à gestão educacional.

De tal modo que, emergiram no país a instituição de diversos programas direcionados para a educação, bem como, inúmeros métodos avaliativos, alguns para fins de análise de desempenho, outros como instrumento de seleção e aptidão para acesso ao ensino superior. A exemplo do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Programa Universidade para Todos (PROUNI), Sistema de Seleção Unificado (SISU), Exame Nacional de Desempenho de

Estudantes (ENADE), Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), dentre outros.

Igualmente, fez-se necessário que o processo educacional brasileiro perpassasse por um momento de reestruturação. Oportunidade em que as mudanças foram norteadas por um arcabouço legal, decorrente de lei, decretos e demais atos normativos aplicáveis ao sistema educacional. Se transfigura tal assertiva através do que se vislumbra na lei que norteia o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (CASTRO, 2010).

Assim sendo, no ano de 2007, por intermédio do Decreto Nº 6.096, institui-se o programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das Universidades Federais, conhecido por REUNI. O qual possuía como um dos objetivos precípuos, o de proporcionar a ampliação da oferta da educação superior pública, o que implicou no trabalho voltado para a redução das taxas de evasão (MEC, 2022).

Através dessas reestruturações pelas quais vem passando o sistema educacional brasileiro hodierno, de certo modo se democratizou o ensino superior, haja vista, que ampliou-se o número de instituições de ensino superior, e, por conseguinte, permitiu-se a interiorização dessa modalidade de ensino, bem como, oportunizou-se o acesso de diversas pessoas ao estudo no horário noturno, através da implementação ou dilação de curso nesse turno, o que em inúmeras situações, permitiu que trabalhadores pudessem cursar a graduação sem que isso fosse empecilho para o desempenho laboral.

## POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL

Nesse contexto educacional, a política pública mostra-se intrínseca ao poder social e designa as soluções peculiares do modo de manejo dos assuntos públicos, tendo por objetivo de estudo o poder decisório governamental. Sendo considerada como conglomerado de preceitos valorativos, critérios e linhas de atuação que asseguram e consente o gerenciamento do Estado na solução dos dilemas que afetam seu território (DIAS, MATOS, 2012).

A política pública é desenvolvida em representação do público, se concretiza ou se inicia pelo governo, que decide o que será implementado ou não e se concretiza através dos atores públicos e privados. Além disso, as políticas de Estado configuram-se pela atuação dos poderes constituídos tanto na sua elaboração, quanto na execução (DIAS, MATOS, 2012).

As políticas públicas se dão por meio do gerenciamento dos dilemas e demandas advindas da coletividade por meio do uso de mecanismos que permitam a identificação das

situações que devem ser tratadas com primazia, através da racionalização de investimentos e usando a idealização das finalidades que se almeja atingir e as metas que foram estipuladas. Assim, constituem-se como um instrumento de concretização dos direitos que encontram-se estipulados nos atos normativos vigentes (DIAS, MATOS, 2012).

As políticas públicas demonstram-se como mecanismo que proporciona a resolutividade de determinados dilemas que afetam a coletividade e que demandam a agregação social para torná-las hábeis para serem incrementadas no rol de decisões governamentais e efetivamente se tornarem palpáveis no meio social, inclusive no âmbito educacional, onde as deliberações demandam também a agregação social.

Nesse tocante, as políticas públicas podem ser tidas como a concordata de deliberações fundamentais, pactos e atos desempenhados pelos detentores ou influenciadores dos cargos de chefia do governo e que possuem a capacidade de influenciar a vida dos cidadãos. Por seu turno, as políticas públicas adquirem o cunho científico a partir da metade do século XX, no âmbito do território europeu e norte-americano, onde naquele tinha a finalidade de realizar a análise e explicação do papel do Estado na geração das políticas públicas e, nesse enfatizava-se as ações de governo (DIAS, MATOS, 2012).

Em 1951, as políticas públicas passam a se tornar uma ramo disciplinar específica, cujo fato se deu por meio da publicação de obras de autoria de David B. Truman, Daniel Lerner e Harold D. Lasswell. Contudo, no Brasil esse processo recente só ocorreu no término dos anos de 1970 e início de 1980 (DIAS, MATOS, 2012).

O governo torna-se o protagonista no processo de gerenciamento dos recursos público, bem como pela manutenção da ordem e segurança. Assim, é compelido a receber e solucionar os dilemas que se apresentam e a partir deles, conduzir o processo de planejamento, criação, efetivação e avaliação das políticas públicas que se tornam imprescindíveis ao cumprimento orquestrado e contínuo da atribuição que lhe fora confiada pela coletividade (DIAS, MATOS, 2012).

Em meio a esse contexto se insere o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), onde até meados da década de 60, o aporte financeiro da instituição financeira destinava-se primordialmente os projetos estruturais, enquanto modos basilares do desenvolvimento econômico. Contudo, no término dessa década a aludida instituição financeira passa a galgar anseios voltados para a promoção da isonomia e do bem-estar social (FONSECA, 2008).

Com o incremento do cunho científico, do qual passou a serem dotadas as políticas públicas, vislumbra-se em campo de atuação sob outra óptica e deixa-se de lado a adoção do

caráter relacionado somente as questões estruturais demandas pela sociedade e, por consequência, incrementa-se o aspecto pela busca da promoção da igualdade entre os sujeitos, propiciando a comodidade necessária.

A política pública de Estado da educação perpassa por todos os poderes que integram a República Federativa do Brasil, que atuam entre si de modo harmônico, independente e por meio de suas competências típicas e atípicas, nos moldes do artigo 2º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

A educação integra uma política pública social de caráter preventivo, primando pela minoração ou extirpação de dilemas sociais graves, onde a coletividade contribui para o seu financiamento indireto, que se dá por meio do pagamento dos tributos que são devidos ao Estado (DIAS, MATOS, 2012).

Apesar da política pública ter a possibilidade de incidência no nível privado, não trazem consigo essa característica. Além disso, ao envolver diversos entes federados ou diversos setores, a efetivação pode tornar-se problemática, uma vez que o processo adquire um grau mais elevado de complexidade, carecendo da observância dos elos existentes entre as distintas organizações e agências em âmbito local. Assim, para que logre êxito em sua implementação, requer que exista uma legislação que contenha finalidades claras e robustas (RUA, 2014).

Doutra banda, constata-se que uma das principais características das políticas públicas brasileira é a fragmentação, pois não se dá um tratamento na integração dos esforços entre os envolvidos, apesar dos diversos segmentos envolvidos, havendo linhas que demarcam a área de atuação de cada uma. Além disso, ainda ocorre a descontinuidade administrativa, que resulta na interrupção, por meio do abandono ou substituição por outras estratégias (RUA, 2014).

Como consequência disso temos a descontinuidade dos serviços postos à disposição do público e as políticas deixam de ser de Estado e adquirem o status de políticas de governo, o que implica em muitas situações em desperdício dos recursos públicos envolvidos.

Por inúmeras ocasiões esquecem que a integralização e efetivação de uma política pública, requer um tratamento multidisciplinar e interdisciplinar para que possa atingir com maior maestria a finalidade a que se propôs, exemplo disso é a política pública voltada para a pessoa com deficiência requer a atuação de diversas áreas setoriais para que efetivamente tenha a integralidade dos seus direitos respeitados e asseverados.

Desse modo, as iniquidades ocasionadas pelos modelos atrelados à gestão estratégica são ativadas pela ocorrência do fato das políticas públicas não lograrem êxito quanto aos

objetivos propostos, por se tratarem de planos astronômicos, porém com uma má execução, cuja causa perpassa pela falta de vontade, falha de comunicação e pela descontinuidade (LIMA, D'ASCENZI, 2018). O que implica que a política pública requer a presença dos elementos da vontade, comunicação e continuidade.

Um elemento que tem se tornado relevante na formulação das políticas públicas são os movimentos sociais. Esses movimentos congregam determinados anseios, que outrora encontravam-se dispersos na sociedade civil e com dilemas particulares. Contudo, passam a construir uma agenda política, enquanto elemento agregador paulatino, formado por pessoas que detém anseios análogos acerca de um dilema julgado como relevante, cujo fator torna-se potencial agregador. Assim busca-se a mutação da estrutura social tida por incabível (LIMA, D'ASCENZI, 2018).

Nesse contexto, surgem as lutas de diversos segmentos e minorias, que se organizam em movimentos sociais com o intuito de atuarem com representatividade pela implementação de ações que promovam o bem comum e com o passar do tempo torna-se um objetivo comum, como ocorre com a promoção educacional.

Desse modo, para que uma demanda social se transfigure em política pública requer que o anseio social esteja incluído na agenda de ações a serem implementadas pelo agente político. Nesse sentido, essa intenção se traduz por meio dos planos de governo e, por conseguinte, para que possa ser executada necessita de previsão orçamentária e financeira, o que se concretiza por meio das leis orçamentárias vigentes em nossa pátria.

Como a política pública para se tornar eficaz demanda a atuação dos atores diretamente envolvidos, bem como das coalisões de forças em busca da implementação, a legislação pátria assevera o direito à participação popular como mecanismo de promoção do controle social e levantamento das demandas populares existentes. O que é refletido a partir do Estado Democrático e Social de Direito que fora adotado pelo Brasil, implicando na observância à soberania popular. Além disso, o princípio do Estado Social e os direitos fundamentais sociais, dentre eles a educação, constituem-se como elementos essenciais integrantes da Constituição Federal – a identidade dessa Constituição (SARLET, MARINONI, MITIDIERO, 2017).

Os direitos sociais – onde se inclui a educação, são direitos fundamentais que dependem da alocação de recursos para serem efetivados, assumindo relevância econômico-financeira. Seu financiamento constitui-se como fator central para sua efetivação. Para tanto, faz-se necessária a sua previsão orçamentária e cobertura pelo sistema tributário vigente, o que ganha função de destaque nas agendas governamentais. Assim, a Constituição Federal

preconiza regras peculiares ao financiamento da seguridade social e estipula a porcentagem a ser investida em saúde e educação (SARLET, MARINONI, MITIDIERO, 2017).

Nesse diapasão, não há sustentabilidade em um desenvolvimento, onde não se leva em consideração o fator social que permeia a coletividade, o que implica necessariamente que essa interação deverá reverenciar as distintas disparidades que são apresentadas. Em cujo cenário está inserido o surdo, que merece ser respeitado, notadamente em relação à comunicação, que perpassa pela oferta educacional e promoção eficaz da língua usada.

Dessa forma, vislumbra-se que o desenvolvimento econômico por si só não possuía o condão de asseverar a participação das classes mais carentes nas benesses desencadeadas pelo desenvolvimento. Assim, a instituição supramencionada passa a custear o âmbito social, como instrumento de minimização da pobreza no contexto do terceiro mundo (FONSECA, 2008).

Nesse sentido, incorpora-se o setor educacional como um dos mais relevantes em nível de financiamento, o que enseja no surgimento dos valores e diretrizes norteadoras da política de crédito e de auxílio ao setor educacional (FONSECA, 2008).

Nesse tocante, o governo demonstrou-se incapaz de dirimir a crise universitária e, por conseguinte, iniciou o procedimento de autorização da oferta do ensino superior por parte das iniciativas privadas. Desse modo, ampliando significativamente o quantitativo de vagas, cujo setor privado acolheu os extirpados do contexto educacional estatal, fazendo do ensino um negócio próspero (FREITAG, 2005).

Primava-se pela incorporação da efetivação da isonomia de chances, objetivando a participação universal nas benesses sociais e econômicas, sem que existisse diferenças de cunho social, étnico ou financeiro. Para tanto, a instituição bancária orientou pela amplificação da garantia do ensino básico a totalidade de indivíduos, cujo processo educacional deveria estar atrelado ao trabalho, com o intuito de desempenhar as competências imprescindíveis às carências intrínsecas ao desenvolvimento (FONSECA, 2008).

Desse modo, o ensino superior privado tem se transfigurado como via de acesso democrático desse nível educacional, apesar de constituir-se como um obstáculo social e econômico (FREITAG, 2005). Onde, os níveis de ensino objetivam aprontar os seus concludentes para assunção de determinadas hierarquias profissionais no contexto social. Onde papéis de diretores e de comando são destinados em primazia aos que detém nível superior e, em contraponto, as atividades braças não exigem em sua parcela significativa uma formação (FREITAG, 2005).

Desse modo, o ambiente escolar pátrio, espelha e corrobora com a composição de castas sociais, perpetuando as interações laborais que sustenta essa estrutura. Logo, há uma separação entre o labor braçal e o que decorre do intelecto do sujeito, cuja representação educacional ocorre a partir da reprodução ideológica, através da acepção de mundo da casta dominante, isto é, alta e média. Onde o embasamento se dá a partir da teoria funcional-estruturalista (FREITAG, 2005).

Em contraponto, a educação configura-se como direito e dever universal. Contudo, apresenta-se nessa situação uma disparidade social, onde não há escolas em quantidade adequada, docentes ou insumos. Existe uma omissão no que concerne à realidade social, que está submergida em um contexto de desigualdade social (FREITAG, 2005).

A educação como direito humano, a cuja obrigação se atribui ao Estado, carece que se torne acessível a todos, sem que haja a presença de segregação social determinada pela classe social a que o indivíduo pertença. Tornando-se cogente que albergue a todos, pois o desenvolvimento de uma coletividade perpassa pela oferta educacional, que proporciona o desempenho de habilidades e torna-os aptos a realização de inúmeras funções no contexto social, o que implica na encampação da língua surda, inclusive.

Assim, para que as minorias sociais, incluindo os surdos, possam ter a correção das distorções sociais instituídas ao longo dos anos, inclusive sob os auspícios dos direitos humanos, é primordial que tenha assegurada sua efetiva participação no contexto social, o que implica em respeito a todas as particularidades, inclusive de ordem linguística, que desemboca forçosamente na oferta educacional.

Doutra banda, em 1974, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) lança documento, por meio do qual prima pela importância do gerenciamento e planejamento educacional fundamentada na reestruturação dos sistemas de ensino, onde na década de 80 enfoca no desempenho da eficácia educativa através da gestão independente (FONSECA, 2008).

Em 1990, a agência de fomento institui novos preceitos norteadores, por meio dos quais e com embasamento na Conferência Internacional de Educação para Todos, almeja-se a extirpação do analfabetismo, bem como, buscando atender ao resguardo ambiental e domínio sobre o aumento demográfico (FONSECA, 2008).

No ano de 1990, já se prenunciava a inquietude acerca da difusão do Ensino Superior na América Latina. Para tanto, se dispôs acerca da implementação de procedimentos constantes de avaliação e de gerenciamento, bem como, a instauração de uma política

destinada ao financiamento a partir de recursos de origem diversa. Além disso, a busca pela diversificação e ampliação da isonomia de chances (CASTRO. 2010).

O investimento na área educacional, vislumbra-se como sendo o método estratégico para o auxílio aos deslanche econômico dos países tidos em situação de desenvolvimento. De forma que, a exemplo do Mercosul, torne-se viável a agregação dos sistemas educacionais implementados nos países (CASTRO, 2010).

Para tanto, a política de acesso carecia passar por um processo de mutação e, com isso, ensejar a possibilidade de inclusão de sujeitos de categorias diversificadas. Além disso, também enseja o surgimento da possibilidade das universidades converterem-se em ambientes abertos, que sejam aptos a propiciarem a oferta do ensino a distância (CASTRO. 2010).

A inserção das agências de fomento passam a primar pela oferta educativa que objetiva a eficácia educacional e aniquilação da ausência de alfabetização no meio social, usando a educação como meio para o controle demográfico. Todavia, essa acepção torna-se prejudicada ao passo em que não ocorre a efetiva comunicação e, por conseguinte, apreensão dos conteúdos pela integralidade dos componentes da coletividade, inclusive pelos prejuízos que decorre da ausência de uso da língua de sinais, que traz prejuízos severos aos surdos e os põe em posição de desigualdade em relação aos demais, marginalizando-os em inúmeras circunstâncias.

Assim, as políticas públicas pertinentes à educação estão intrinsecamente relacionadas as mutações geopolíticas e culturais pelas quais perpassa a humanidade hodiernamente. Cujas mutações sofreram relevante influência de agências multilaterais de desenvolvimento, o que desencadeia na implementação de conjuntos avaliativos de cunho nacional, cujo foco primordial está na avaliação de desempenho educacional, o que perpassa pela reestrutura curricular dos sistemas de ensino e implementação de novos mecanismos intrínsecos à gestão educacional.

Nesse tocante, passa-se a análise dos resultados inerentes ao processo de expansão da educação superior, através de índices formulados por diversos órgãos, dentre eles, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que por sua vez realiza a avaliação de diversos aspectos peculiares ao ensino superior, a exemplo, da quantidade de matrículas e perfil dos calouros.

Emergem no país a instituição de diversos programas direcionados para a educação, bem como, inúmeros métodos avaliativos, alguns para fins de análise de desempenho, outros como instrumento de seleção e aptidão para acesso ao ensino superior. A exemplo do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Programa Universidade para Todos (PROUNI), Sistema

de Seleção Unificado (SISU), Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), dentre outros.

Nesse tocante, a lei de diretrizes e bases da educação reflete em seu seio, o contexto estratégico peculiar da classe dominante, institucionalizando a disparidade social. Assim, se incumbe a casta subalterna a imposição de submeter-se aos modelos seletivos escolares, bem como, se culpar quando não obtém o êxito almejado, o que é impelido pela classe dominadora (FREITAG, 2005).

A educação tem a incumbência de instituir-se como propulsora para a ascensão social, o que requer a rebeldia por parte do educando, para que não esteja subjugado as imposições e anseios da classe que em primazia domina o contexto educacional e os imputa a realização de preparação apenas para os afazeres proletários.

Para que essa rebeldia seja efetivada e o estudante galgue níveis mais elevados de ensino, notadamente no contexto brasileiro, onde se apresenta a imposição da realização de exames seletivos e concorridos como pré-requisito para o ingresso em curso, urge a necessidade do efetivo ensino e aprendizagem, que passa necessariamente pelo professor como mediador desse processo.

O docente torna-se assim, um ponto importantíssimo na viabilização do acesso ao conhecimento como requisito para que se atinja o que se almeja em termos profissionais, que perpassa necessariamente pelo nível educativo. Assim, no contexto surdo, emerge a carência de que existam docentes hábeis ao ensino, utilizando-se da língua de sinais como meio para viabilização do processo de ensino e aprendizagem.

A classe menor galga a ascensão aos níveis médio e superior de ensino utilizando-se da flexibilização dos cursos e sua correspondência protocolar. Porém, muitos aspiram além de atingir o nível superior, adquirir a titulação nos cursos clássicos, a exemplo da medicina. Contudo, a vivência social lhe impõe o desempenho laboral para manter-se, bem como, a sua família. Assim, buscam estudar no horário noturno, o que permite a conciliação do estudo com o trabalho (FREITAG, 2005).

Os filhos da classe operária ao lograrem êxito no âmbito universitário, não cursam o que almejavam, mais o que torna-se conveniente ao contexto vivenciado no momento, no que concerne ao horário, facilidade do curso e importância do título cominado, cuja imposição está intrínseca à casta social que ocupa (FREITAG, 2005).

As condições sociais dos discentes, os imputa em inúmeras circunstância pela opção de cursos que sejam compatíveis com o desempenho laboral e, muitas vezes refletem os desejos da casta que mantém o domínio no contexto social, cujas vagas dos cursos

tradicionais, que em sua maioria são integrais e requerem maior dedicação, são ocupados em demasia pelos estudantes advindos dessas classes.

O sistema educativo denota-se disfuncional e fora do seu tempo, a partir do instante em se vislumbra uma atenção destinada aos anseios da classe dominadora, carecendo da implementação de uma política educacional estatal que busque corrigir as disparidades ocasionadas (FREITAG, 2005).

A normativa e o planejamento voltado ao âmbito universitário primou pela resolutividade da tensão universitária e pela constituição de recursos humanos necessários à manutenção do dinamismo inerente ao desenvolvimento, buscando a democratização do acesso ao ensino superior por meio da ampliação do quantitativo de vagas (FREITAG, 2005).

Buscando a promoção do bem-estar social, os governos se valem das políticas públicas, que se configuram como a integralidade de ações, metas e planos que são traçados por tal governo com o intuito de se atingir esse bem-estar coletivo e de interesse público. Cujas definições de priorização de atuação se dá pelo governo e não pela sociedade. Contudo, os recursos para atender as reivindicações sociais são poucos, o que desencadeia a disputa pelos que desejam os bens ou serviços, o que faz com que haja a coesão em agrupamentos buscando a consecução do que bem que almejam em comum (SEBRAE, 2008).

Assim, em âmbito pátrio, tenta-se há poucos anos a implementação de uma política educacional corretiva das disparidades que foram instituídas ao longo dos tempos, proporcionando ao aluno advindo do setor educativo de cunho público, o acesso à universidade por meio das cotas, que buscam corrigir, ainda que parcialmente as distinções arraigadas na sociedade.

## EDUCAÇÃO COMO INTEGRANTE DO ROL DE DIREITOS HUMANOS

Ao se tratar de ser humano, o direito social à educação é fruto de um processo histórico, que o coloca no patamar de direito humano de segunda dimensão. Desse modo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948, em seu preâmbulo prevê o ensino e a educação como instrumento de promoção aos direitos e liberdades intrínsecos ao homem, colocando-o a salvo de qualquer tipo de discriminação. Além disso, tem o direito à efetivação dos direitos sociais que são imprescindíveis à sua dignidade (ONU, 1948).

Por sua vez, o artigo 26 do aludido instrumento normativo internacional estipula o direito à educação como intrínseco ao ser humano, com caráter gratuito e obrigatório no

âmbito básico. Cujas instruções serão norteadas pela busca do pleno desenvolvimento da personalidade dos sujeitos. Contudo, estipula que o acesso à instrução superior se dará por meio do mérito e incumbia aos pais a faculdade de opção acerca do gênero de instrução que disponibilizaria ao seu filho (ONU, 1948).

Por meio de tais mecanismos legais, coloca-se os indivíduos em par de igualdade, onde a educação prima pelo respeito à dignidade que lhe é peculiar. Bem como, afasta todo e qualquer tipo de ato discriminatório que venha a atentar contra o sujeito humano e o coloque em situações vexatórias. Todavia, não permite que haja a plena autonomia do sujeito em relação à escolha do tipo de educação que deseja acessar, o que suprime o direito em prol da vontade dos pais, bem como, já aponta para o caráter meritocrático para acesso a patamares superiores da educação.

Em 1988, surge a Constituição Federal, onde a educação passa a integrar o rol dos direitos sociais (BRASIL, 1988), que impõe dentre outras coisas, a atuação efetiva do Estado e insculpe na nossa carta constitucional, o que já era previsto como direito humano de segunda dimensão, oriundo da luta da classe proletária em face da burguesia. Nesse sentido, a educação constitui-se como um direito universal e obrigação imputado ao Estado e a família, buscando-se a plenitude do desenvolvimento da pessoa e sua preparação para o exercício da cidadania. Assim, busca-se que haja a isonomia de acesso ao sistema educacional, bem como sua permanência no âmbito educacional (BRASIL, 1988).

A educação superior tem por objetivos, dentre outros, o de promover a formação de sujeitos aptos a serem inseridos em setores profissionais e auxiliarem no desenvolvimento da sociedade brasileira, prestando serviços especializados à comunidade e o estabelecimento de uma relação de retroalimentação, bem como atuando em prol da universalização e melhoria da educação básica (BRASIL, 1996).

No que concerne à autonomia inerente à universidade, esta possui a capacidade de criar cursos de educação superior, bem como fixar o número de vagas em consonância com a capacidade institucional e as reivindicações do meio, inclusive a ampliação desse quantitativo. Além de realizar a propositura no que concerne ao seu quadro docente e técnico (BRASIL, 1996).

## **EDUCAÇÃO 4.0 E AS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

Atrelado ao teor pandêmico derivado pela Covid-19, surge a carência de mutação do modelo educacional até então desenvolvido e, por força desse fenômeno biológico, se torna cogente a adaptação e encampação do sistema educativo remoto. O que, por conseguinte, implica na implementação das tecnologias digitais da informação e da comunicação, fazendo com que se robusteça a educação 4.0.

Assim, a sala de aula interativa permite a estruturação de um espaço a ser desbravado pelo discente, disponibilizando inúmeras conexões, estimulando o desempenho da curiosidade por parte do discente. Tornando-se um manancial para que o estudante seja submergido nos conhecimentos que derivam dos livros, fazendo com que a educação saia do patamar de produto e torne-se um procedimento de permuta de ações permissivas ao nascedouro do conhecimento (VASCONCELOS, 2018).

As inovações tecnológicas consentem para a interação, a participação, a interferência, a bidirecionalidade e o caráter multidisciplinar, provocando a ruptura da sectarização existente entre emissor e receptor, transmutando a sala de aula em ambiente diferenciado, deixando de lado o caráter rotineiro. Logo, a concepção de um espaço artificial voltado para a aprendizagem torna-se um método adequado para a assimilação do conhecimento (VASCONCELOS, 2018).

Dessa forma, as tecnologias atreladas ao contexto educacional, têm o condão de tornar o conhecimento palpável e o mais próximo possível da vivência do discente, permitindo que ele percorra e desbrave acepções até então desconhecidas, e, por conseguinte, tornando as informações assimiláveis ao cotidiano. Fazendo com que a educação adquira uma nova roupagem e que os dados vislumbrados a partir dos instrumentos literários tornem-se compreensíveis.

O ambiente virtual vem se incorporando ao contexto social de modo veemente, requerendo do sujeito que o encampe caso almeje o progresso. Logo, as tecnologias vem provocando distintas transmutações, inclusive no âmbito educacional, cujo atrelamento permite o surgimento de inovações no processo de ensino e aprendizagem, permitindo ao docente a descoberta de novos métodos de ensino e, por consequente, permitindo aos discentes novos meios de aprendizado (VASCONCELOS, 2018).

A educação e as tecnologias tornam-se intrínsecas, cuja interação depende do ensinamento e da assimilação das acepções, aspectos valorativos e comportamentos. Devendo as tecnologias serem usadas como elemento basilar da educação. Assim, as novas tecnologias ensejaram no surgimento da prática mediadora entre o modo de abordagem do docente, a assimilação por parte do discente e o conteúdo propagado, cuja aplicação adequada dessas

tecnologias permite uma assimilação mais aprofundada do conteúdo abordado (VASCONCELOS, 2018).

A interação entre tecnologias e educação produziram no ambiente educacional maior dinamicidade ao espaço de ensino e aprendizagem, deixando à margem o método tradicional de ensino, onde predominava a utilização de lousa, giz e a oralidade docente. Tais tecnologias transmutaram o processo educativo por meio da incorporação e compreensão pedagógica, cuja utilização carece do conhecimento acerca das peculiaridades do ensino e da tecnologia escolhida. O ensino e aprendizagem no ambiente virtual permite que o participante possa estar em qualquer ambiente no contexto territorial do mundo, participando dos debates em torno de conteúdo específico.

No desempenho da educação 4.0, requer ao docente que o faça por meio da adequação de suas dinâmicas dentro do âmbito da sala de aula com esse novo mecanismo educacional, propondo o tracejado de meios estratégicos que galguem a aprendizagem do discente, implicando na saída docente da zona de conforto e acolhendo novas concepções (NETO, LIMA, MACÊDO, 2021).

Assim, a educação no contexto hodierno permeia-se em um espaço onde não previsibilidade do que ocorrer no por vir e que encontra-se em profunda mutação, onde os discentes poderão integrar profissões que ainda estão por surgir, cuja educação passa a ser desenvolvida por meio de sistemas ciber-físicos e a inteligência artificial progride em distintos dispositivos.

Ao docente imbricado nesse novo formato educacional exige-se a carência de adaptação aos novos contextos e tenham a capacidade de escolher atuar em consonância com a propagação de circunstâncias que viabilizem a liberdade dos sujeitos. Desse modo, surgem indagações, contextualizações inovadoras, tornando o ambiente de sala de aula desafiador para o discente, ou seja, que possa se perpassar o modelo clássico e se instigue no estudante a capacidade de externar seu pensamento, onde as curiosidades sejam afloradas e desbravadas.

O ambiente educacional nesse modelo passa a requerer a reestruturação curricular, o desenvolvimento e aplicação de metodologias ativas, como forma de participação efetiva do estudante. Cujas aprendizagens passam a ser galgadas em aspectos valorativos atinentes aos acadêmicos, e quiçá, torne tais espaços em ambientes vivos e primordiais para a aprendizagem. Para tanto, impõe-se ao espaço educativo a encampação de acepções audiovisuais e de informática de cunho inovador, de modo que consiga atender as expectativas do mundo contemporâneo, o qual torna-se intrínseco ao aspecto do conhecimento.

As tecnologias não se caracterizam apenas como simples ferramentas, mas configuram-se como arquétipos que permitem ações que amplificam as possibilidades de comunicação entre os sujeitos, compilando dados de modo preciso e veloz, inclusive produzindo inteligências de caráter coletivo. Logo, as tecnologias digitais dizem respeito aos dispositivos eletrônicos e tecnológicos, que encontram-se conectados a uma rede e emanam da convergência de inúmeras tecnologias digitais, amplificando as possibilidades de comunicação entre os usuários (ANJOS, SILVA, 2018).

No âmbito educativo, assevera-se que o ato de educar somente é palpável por meio de uma determinada prática comunicativa, que por sua vez delimita as práticas pedagógicas. Assim, a utilização das tecnologias permitem a concretização de soluções viáveis e bem-sucedidas voltadas para a inovação e qualificação dos procedimentos educacionais, impulsionando o desempenho cognitivos das pessoas afetadas pelo processo educacional (ANJOS, SILVA, 2018).

Desse modo, a realidade virtual e sua estreita relação com as tecnologias de comunicação e da informação aplicadas ao meio educacional, permitem ao discente a vivência profícua dos conteúdos ministrados em sala de aula, quer seja presencial ou virtual. De tal modo que, torna-se capaz de fazer com que ocorra a horizontalidade na relação docente-acadêmico, haja vista que passa a exigir que o estudante saia da posição de coadjuvante e assuma o protagonismo do processo educacional ladeado dos demais atores que integram esse arcabouço.

No contexto pandêmico não fora distinto esse posicionamento, cujo docente teve que adaptar-se abruptamente a uma nova realidade que se fazia presente no seu cotidiano. Com isso, por meio da utilização dos meios pedagógicos adequados ao momento, lecionar tornou-se uma tarefa árdua, notadamente em razão do fato de não se ter o contato físico com o discente. Além disso, para não tornar a aula obsoleta e, por conseguinte, motivadora para o abandono escolar, mister se fez o uso de instrumentos inovadores e capazes de proporcionar o bem-estar do participante.

Logo, as tecnologias educacionais aplicadas às metodologias ativas passaram a ser utilizadas nesse espaço, onde o processo de ensino e aprendizagem passou a ganhar novos contornos e, a partir do sentimento de pertença ao aludido contexto, os discentes desempenharam a participação que lhe deve ser peculiar na construção educacional hodierna através da mediação docente com o uso de ferramentas pedagógicas e didáticas aplicáveis ao instante.

## **EXERCÍCIO DOCENTE NA PANDEMIA DA COVID-19**

A atividade docente vai além de uma profissão formal. Trata-se de um verdadeiro sacerdócio que implica em renúncias de diversas vertentes, que imputa ao sujeito um processo constante de transformação e incorporação dos distintos cenários que lhe são postos. Inclusive os decorrentes do processo pandêmico perpassado ao longo dos últimos anos em face do advento da COVID-19, que trouxe em seu arcabouço o imperativo da suspensão dos encontros presenciais, o que impôs ao docente a implementação de novos mecanismos de ensino.

Nesse diapasão, o processo de ensino implica na encampação de métodos permissivos ao estabelecimento de mútua interação entre os sujeitos permeados nesse cenário, haja vista que o indivíduo traz consigo um conjunto de fatores que perpassam por todo o contexto humano e que lhe forma, inclusive o aspecto psíquico e social.

Logo, o ensino deve trazer consigo o condão de possibilidade para o enfrentamento da incertezas que o cotidiano nos impõe, inclusive as intempéries. Permitindo assim, a mutação do seu progresso humano, que decorrem do arcabouço de acepções adquiridas ao longo do seu processo formativo. Logo, o processo de compreensão mútua na interação humana, é vital para sobressairmos do estado bárbaro no qual está submergido nossa sociedade (MORIN, 2000).

Assim, diante de tantas incertezas decorrentes da COVID-19, onde a vida humana tornou-se cada vez mais nítida no que tange a sua finitude, bem como, não temos o controle de todas as situações que são posta em nosso cotidiano, o que repercutiu inclusive no âmbito educacional. Desse modo, o processo de ensino e aprendizagem, impôs o encampação de novas estratégias de ensino, e desenvolvimento de novos mecanismos que pudessem ser didáticos.

Além disso, o período pandêmico que aos poucos estamos deixando em um passado não tão longínquo, impôs ainda ao docente a necessidade de vestir-se de uma nova roupagem educacional, onde pudesse também compreender os obstáculos que eram impostos cotidianamente ao discente nesse processo de ensino e aprendizagem. Primordialmente, no que concerne às facetas decorrentes das vulnerabilidades que ainda estão presentes em nossa sociedade, principalmente, os aspectos inerentes às vulnerabilidades pelas quais perpassam os nossos acadêmicos, inclusive no que concerne ao acesso às tecnologias de informação e à internet.

Desse modo, essa interação docente-discente, ao longo desse período, restou por diversas vezes prejudicadas, o que fez nascer a carência do espírito do professor no que tange a compreensão dos distintos fatores que tornavam-se momentaneamente obstáculos para o estabelecimento dessa interação. Nesse sentido, surge a imperiosidade de aceção acerca das alternativas para que não ocorresse a evasão por parte do discente e que ele pudesse ter acesso aos meios eficazes para a promoção da aprendizagem a contento.

O docente tem o desígnio de moldar o discente para a vivência no meio social, que traz no seu escopo mutações e momentos de incertezas que lhe são peculiares e sob as quais está submetida a sociedade. Assim, esse profissional da educação tem o objetivo de tornar o sujeito apto ao enfrentamento desses momentos em sociedade, primando pelo aprimoramento qualitativo do meio, bem como, pela formação para o exercício da cidadania (MENDES, BACCON, 2015).

Nesse contexto, o docente perpassou por distintas tendências de pedagógicas, que são e foram peculiares ao processo de ensino e aprendizagem. Transcorrendo pela pedagogia liberal tradicional; renovada progressivista; renovada não-diretiva e, tecnicista. Além da vertente progressista libertadora; libertária e, crítico-social dos conteúdos. Cujos saberes docentes passam a permear os aspectos derivados da formação profissional, bem como, os disciplinares, curriculares e experienciais (GARCIA, SOBRINHO, GARCIA, 2014).

Nesse tocante, a profissão docente torna-se legitimada a partir do conhecimento e do saber, cujo discipulado busca a promoção da mutação das informações que detém em aprendizagem significativa ao discente, carecendo que seja comprometido com a prática discente. Fazendo com que haja a carência do constante processo de aprimoramento como mecanismo para a manutenção da retroalimentação decorrente do processo de ensino e aprendizagem. Além disso, prima-se que o docente seja um profissional pautado no âmbito crítico e cujo conhecimento derive de aspectos sociais, culturais, econômicos e humanos (MENDES, BACCON, 2015).

Nesse tocante, o exercício da docência implica em ter imbuído em si a intenção de lecionar, transmitindo por conseguinte, os conhecimentos advindos do processo de formação profissional e pessoal. Bem como, indo além desse fator, implicando no estabelecimento de uma relação derivada a partir da interação com os sujeitos que permeiam o âmbito educacional. Doravante, com o processo pandêmico vivenciado recentemente, cada vez mais faz-se necessária que essa relação esteja imbricada no meio educativo, notadamente como meio para o estabelecimento da mútua interação que emana no ensino e aprendizagem entre os distintos atores.

Nesse tocante, o período pandêmico vivenciado emanou diversas intempéries no exercício da docência, inclusive acerca da viabilidade de interrupção do exercício docente no âmbito presencial e adoção da modalidade remota em caráter emergencial. Assim, questões passaram a ser levantadas e implicadas em decorrência dessa situação, notadamente a formação docente, o acesso à internet e os equipamentos necessários para o desempenho da prática (CRUZ, COELHO, FERREIRA, 2021).

Ao professor foi posto a situação veemente de reinvenção do modo como desempenhava até então a atividade docente, fazendo com que em paralelo se tornasse visíveis as desigualdade sociais que até então eram translúcida, notadamente no que concerne à utilização emergencial das tecnologias digitais da informação e da comunicação. Fato que implicou em rechaçamento de inúmeros sujeitos, que devido às condições sociais vivenciadas não tiveram condições de acesso à tais tecnologias e, por conseguinte, a eles foi imposto o processo de abandono educacional.

No ato de mediação do ensino à distância ou remoto, como denominado no período vivenciado outrora, apresenta-se o dilema acerca da utilização das câmeras dos instrumentos eletrônicos dos discentes, para assim viabilizar uma maior interação e participação na aula. Além disso, ainda se faz presente a ausência de acesso à internet por mais de ¼ da população brasileira e ausência de espaço domiciliar adequado para assistir às aulas, o que também não foi distinto no contexto docente. Fora esse aspecto, se torna palpável a não familiaridade com as distintas plataformas sociais, prejudicando os métodos tradicionais de avaliação e de lecionar (PALUDO, 2020).

Mostra-se também um neófito panorama concernente ao processo de socialização discente-docente, podendo repercutir na desmotivação e ausência de engajamento dos discentes para darem continuidade aos estudos e, por conseguinte, evadirem-se do curso ao qual estão vinculados, cujo ato decorre de fatores intrincados, não estáticos e multifacetados, demandando a atuação institucional (COTRIM-GUIMARAES, RIBEIRO, BARROS, 2021).

As peculiaridades laborais docente há anos se mostram limitadas e precarizadas, e colocam em situação comprometedoras o aspecto pedagógico, cuja atividade remota mostra-se distante da realidade vivenciada, não levando em consideração o fato de aproximadamente 4 milhões de discentes não terem acesso aos instrumentos basilares para o acompanhamento das atividades educativas (DUARTE, HYPOLITO, 2020).

Desse modo, não apenas os discentes vivenciaram as duras penas impostas pela COVID-19, mas também o docente, que teve que adaptar-se de forma abrupta ao novo contexto social e educacional. Carecendo conciliar em muitas situações o ambiente familiar e

educacional, sem a necessária distinção física, inclusive no que tange ao processo de adaptação dos espaços domiciliares para transformá-los em estúdios de gravação ou transmissão de aulas, o que por vezes implicou na interrupção do raciocínio e na sensação de estar sozinhos em um ambiente virtual, haja vista a dificuldade de interação discente apresentada nesse período.

Passa-se a exigir do docente no exercício de seu labor, não apenas a detenção do conhecimento necessário para a ocorrência da ministração de uma aula. Carece ainda que traga consigo a harmonia advinda do saber e do afeto, haja vista que, como ser humano que constitui-se, prescinde da interação afetiva com os sujeitos. Assim, esse fator que fora extremamente afetado com o advento da COVID-19, o que implicou em manutenção de distanciamento social, onde o processo caloroso e afetivo da relação docente-discente passou a ser realizado por meio de uma tela fria de um aparelho eletrônico, ou quiçá, que se perdeu ao longo do percurso em decorrência da ausência de insumos imprescindíveis para a continuidade da interação social.

Contudo, a ausência dessa interação presencial e desenvolvimento de atividades de cunho remoto ensejou na desenvoltura de doenças relacionadas ao aspecto psíquico dos docentes, notadamente o estresse, a ansiedade e a depressão (SOUZA, DELL'AGLI, COSTA, CAETANO, 2021). Desse modo, corrobora-se o fato do sujeito ser sociável e, por tal motivo, necessita estar em interação social contínua, o que fora prejudicado devido as distintas medidas de repressão ao novo coronavírus, inclusive medidas de distanciamento e isolamento social, trazendo consigo implicações drásticas em distintos aspectos do sujeito, incluindo-se o fator psíquico.

Nesse contexto, ser docente não produz artefatos imediatos e palpáveis, implicando na produção de sinais na vivência do discente e mutação de si. Desse modo, nessa interação produz sentido a partir dos sentimentos que lhe permeiam e a sapiência advinda das particularidades e do aspecto coletivo do sujeito. Assim, carece que haja reverência ao processo de ensino e aprendizagem, cuja formação implica na necessidade de manutenção do processo formativo de modo constante e contínuo (MENDES, BACCON, 2015).

O exercício educacional por parte de acadêmico só torna-se palpável, com a produção dos efeitos almejados, na proporção em que existe a liberdade de participação, inclusive por meio do exercício crítico da manifestação de seus pensamentos. Tornando o mediador da aprendizagem, por meio do ato de coordenação do diálogo que desenvolve-se no âmbito educacional, não tendo o anseio de influenciar ou impor os seus pensamentos. Cujo exercício

patente da consciência torna-se permissivo para que o ser humano atinja o conhecimento (FREIRE, 1967).

Desse modo, a pandemia do novo coronavírus imputou ao sujeito docente a carência pelo abandono dos métodos tradicionais de ensino e, caso não desejasse abandoná-los, mais que pudesse ser posta uma nova roupagem por meio das demandas advindas do instante, o que implicou notadamente na utilização de novos mecanismos de auxílio ao processo de ensino, inclusive as tecnologias digitais de comunicação.

Desse modo, distintos professores tiveram a incumbência de aliarem ao velho quadro branco; pincel e exposição de slides; a utilização de novos mecanismos que pudessem despertar nos discentes o desejo pela descoberta de novos conhecimentos. Fazendo assim com que o acadêmico tornasse efetivamente protagonista no processo de ensino e aprendizagem, inclusive por meio das metodologias ativas de ensino e as tecnologias indispensáveis para colocá-las em prática.

Nesse diapasão, se apresenta a didática como ferramenta que busca o processo intrínseco ao ensino e a aprendizagem, perpassando a técnica empregada nesse mister. Constituindo-se como um instrumento de apreensão a partir do julgamento da educação e das técnicas de ensino e aprendizagem, concebendo o meio social, o ser humano e o processo educativo. Além disso, galga-se a formação do processo reflexivo acerca dos passagens que conduzem à edificação do conhecimento na integralidade dos âmbitos que constituem o currículo educacional (RÊGO, LIMA, 2010).

A didática tem a incumbência de transformar os anseios sociais e políticos em desígnios de ensinar, norteando os conteúdos e técnicas em torno desses objetivos, criando um elo entre o ensino e aprendizagem visando o progresso das aptidões intelectuais dos discentes. Para tanto, a didática mantém uma interação mútua com as metodologias peculiares a cada área de ensino (LIBÂNEO, 2006).

Para tanto, prescinde ao docente, notadamente nesse período pelo qual passamos, onde distintas nuances foram apresentadas no cotidiano educacional e impuseram a mudança repentina de estratégias a serem lançadas com o intuito de galgar o aprendizado do discente por meio do ensino. Prontamente, fez-se necessário lançar mão de métodos e metodologias adequadas ao momento, o que implicou na utilização do planejamento para que o objetivo almejado pudesse ser atingido.

Assim, o planejamento configura-se enquanto meio de racionalizar, preparar e coordenar a atuação do professor, promovendo uma articulação da atividade educacional e a problemática emanada do âmbito social, perpassando pelas intervenções advindas dos

aspectos econômicos, políticos e culturais peculiares ao meio, cujas implicações sociais interferem diretamente no planejamento, carecendo perpassar pelo momento reflexivo e norteador da tomada de decisões galgadas em opções de cunho político e pedagógico, buscando como ponto norteador, as circunstâncias didáticas reais (LIBÂNEO, 2006).

Desse modo, o fazer docente traz consigo a permissibilidade e proporciona ao discente tornar-se apto ao enfrentamento de carências objetivas da vivência em sociedade por meio da transmissão de conteúdo. Contudo, carece que haja a aplicação da metodologia e técnicas adequadas de cunho didático e pedagógico, que viabilizem o procedimento de difusão e absorção do conteúdo posto e, conseqüentemente, desempenhe no discente as habilidades intelectuais e práticas necessárias aos afazeres da vida em sociedade.

Nesse processo de ensino e aprendizagem, necessários ao desenvolvimento do intelecto do acadêmico, o professor mostrou-se como importante mediador para o progresso exitoso desse processo, o que implicou além de outras habilidades e competências que lhe são peculiares e imprescindíveis. Notadamente no que concerne ao processo de planejamento e aplicação de atividades, que outrora se mostravam inexequíveis ou desarrazoadas ao seu ver, mas que há muito tempo se mostravam visíveis no espaço educativo, a exemplo das metodologias ativas de aprendizagem.

Assim, fez-se cogente o desempenho de um novo processo de planejamento educacional, que permitisse efetivamente a viabilidade da aula a ser ministrada e que essa tivesse o condão de atingir com eficácia a aprendizagem discente e, por conseguinte, permitisse o progresso intelectual por meio das novas habilidades e competências desencadeadas no sujeito ativo desse processo educativo, o estudante.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em suma, vislumbrou-se que a pandemia da COVID-19 repercutiu negativamente em distintas esferas do contexto social e que, tornou-se responsável pela dissipação de inúmeras vidas e, conseqüentemente, trouxe consigo repercussões nos aspectos psíquicos do sujeito, primordialmente em decorrência do isolamento que fora imposto.

Desse modo, o desempenho do ensino superior no período mencionado anteriormente sofreu severos abalos e careceu inovar-se e adequar-se aos tempos vivenciados, onde sobressaiu as tecnologias digitais em detrimento dos métodos tradicionais, notadamente as que demandavam a realização de videoconferências ou técnicas semelhantes.

É salutar que, nem todos os sujeitos que permeavam o ambiente social detinham conhecimentos suficientes para o manuseio das tecnologias postas. Além disso, outros não

possuíam acesso à rede mundial de internet – elemento imprescindível para o estabelecimento da comunicação, ou até mesmo possuíam parcas condições financeiras para acessar aos bens necessários.

Logo, não diferente de outras áreas, a educação também foi diretamente afetada pelas condições vivenciadas outrora, o que impôs a prática de novos mecanismos para o desempenho da atividade educativa, acima de tudo precipuamente, mediante a utilização de instrumentos digitais que propiciassem o estabelecimento do ensino e aprendizagem. Com isso, ocorrem repercussões de distintas montas, inclusive no aspecto didático e pedagógico do docente.

De tal modo, impôs-se ao docente a incorporação de uma vestimenta sob os auspícios do mundo digital, que permitiu o desenvolvimento do labor da docência. Contudo, também se sobrecarregou àqueles que ainda praticavam os métodos educacionais tradicionais distantes de qualquer realidade virtual, o que implicou em adaptação abrupta do docente à realidade imposta.

Para tanto, foi necessário que percorrêssemos por inúmeros aspectos primordiais para a compreensão do contexto em que estávamos inseridos, inclusive sobre os aspectos que permeiam a conjuntura educacional e, por conseguinte, assimilássemos as terminologias essenciais ao processo, notadamente os que dizem respeito aos feitos didáticos, pedagógicos e tecnológicos educacionais.

Nesse tocante, traçamos um paralelo entre os fatores de caráter educativo e os preceitos tecnológicos, tornando-se assim preponderante a incorporação de tais aspectos para que se tornasse palpável a assimilação dos acepções. Logo, o estudo passou a se corporificar e adquirir relevância, ao passo em que buscou desbravar sobre a autoridade desenvolvida no âmbito educativo pelas tecnologias digitais e, por consequência, a permissão para que não ocorresse a solução de continuidade das atividades acadêmicos.

Apesar de ser uma temática ainda neófita, porém efêmera, tendo em vista que já se ganham novos ares, embora adaptados à nova realidade. A temática dos efeitos perpetrados pela COVID-19 em nível educacional, tornou-se viável por meio do desenvolvimento de um estudo de caráter qualitativo, o que viabilizou a acepção de diversos aspectos necessários para a acepção do objeto de estudo.

Assim, o estudo desenvolvido permitiu que pudéssemos percorrer o trajeto que se estruturou com o advento do período pandêmico, notadamente no ensino superior no que tange à prática docente. E, por conseguinte, os percalços trilhados para que a atividade se tornasse concreta e o ensino e a aprendizagem não sofressem descontinuidade, trazendo prejuízos inimagináveis para todos os envolvidos no processo.

Para se chegar a uma compreensão do análise dos efeitos do período pandêmico sobre o ensino superior, notadamente no que concerne à prática docente, foram definidos três objetivos específicos. O primeiro de discutir acerca da COVID-19, ensino superior e Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TIDCs). Observou-se que a aludida

doença ensejou transformações sociais e que o ensino superior como um dos setores sociais afetados passaram a usufruir dessas tecnologias como método resolutivo para evitar prejuízos ainda mais danosos na atividade educativa.

Além disso, no processo de contextualização do ensino superior nesse período pandêmico desencadeado pelo novo coronavírus, houve a permissividade para que compreendêssemos acerca da reestruturação que se fez necessária para que essa modalidade de ensino se adaptasse ao tempo vivenciado, bem como, o arcabouço legal que veio a dar suporte ao aludido procedimento de mutação.

Por fim, a avaliação do papel docente frente ao contexto pandêmico apresentado, permitiu se vislumbrar o protagonismo desenvolvido por esse profissional ao longo desses tempos, principalmente no que tange ao processo de encorajamento dos discente em dar continuidade ao processo de aprendizagem. Incorporando novos instrumentos e técnicas educativas para viabilizar o ensino necessário ao êxito almejado.

Outrossim, o período da pandemia vivido outrora, afetou o processo de ensino, ao passo que, as aulas careceram ser adaptadas aos modo virtual, o que inviabilizou a possibilidade do contato físico e ficaram condicionadas apenas ao aspecto inóspito que as próprias condições desencadeavam. Assim, o desenvolvimento dessas aulas, no formato virtual por meio de videochamadas, trouxeram consigo o desinteresse em dar continuidade, além do desencadeamento de psicossomatizações por parte dos envolvidos no processo, haja vista, que não mais era viável desenvolver as sensações decorrentes do contato físico.

Contudo, vislumbrou-se que o uso das tecnologias digitais da informação e comunicação foram as ferramentas que permitiram a continuidade do processo de ensino e aprendizagem durante o período da pandemia. Pois, a partir dessas tecnologias foi viabilizado ao discente o acesso ao conteúdo necessário ao longo do semestre, apesar das intempéries surgidas. Mas, foi por meio delas que os envolvidos puderam desenvolver a retroalimentação educativa e o desenvolvimento do aprendizado que emana com a aquisição do conhecimento.

Portanto, observou-se que o processo de ensino e aprendizagem restou prejudicado em distintas situações em face da ausência de insumos suficientes para o acompanhamento das aulas ministradas voltadas para os discentes, o que por vezes implicou em abandono e evasão do seio educacional. Além da influência sofrida por parte da ineficiência das políticas públicas, notadamente às que propiciam o acesso aos meios digitais, que tornaram-se imprescindíveis ao desenvolvimento das atividades cotidianas.

Igualmente, conjecturou-se que a pandemia trouxe reflexos psíquicos para o docente, ao passo em que passou a sofrer exigências mais robustas para adaptar-se ao novo mundo que lhe fora posto e, ter que vivenciar uma realidade opaca, haja vista que ali estava diante de uma tela fria de um computador, muitas vezes sem visualizar as pessoas com quem costumava conviver constantemente de modo presencial, trazendo assim, o sentimento de solidão e, por conseguinte, desencadeando dilemas de ordem psíquica, como ansiedade e depressão, o que também não foi uma realidade distinta dos discentes.

Mediante o exposto, apesar dos avanços em diletos e distintos temas que emanaram com a temática da pandemia da COVID-19, ainda carece que possamos submergir em fatores que não foram desnudados pelos pesquisadores. Além disso, sugere-se o aprofundamento

acerca das repercussões atuais no desempenho acadêmico após a gradual retomada das atividades educativas presenciais. Além de analisar como estão as implicações psíquicas e a interferência dessas na atuação dos profissionais formados no período. Bem como, acerca da aquiescência da modalidade online como substituta ou modalidade passível de convivência com o formato presencial.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Conheça as dimensões do REUNI**. Brasília – DF: MEC, 2022. Disponível em:<<http://reuni.mec.gov.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)**. Brasília – DF: Imprensa Nacional, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2022.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília – DF: Planalto, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2022.

CASTRO, Alba Tereza B. de. Política educacional e direitos sociais: reconfiguração do ensino superior no Brasil. *In*: BOSCHETTI, Ivanete, et. al. (org.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo – SP: Cortez, 2010.

DIAS, Reinaldo, MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas: Princípios, propósitos e processos**. São Paulo – SP: Atlas, 2012.

FILHO, Naomar de Almeida. Universidade Nova no Brasil. *In*: **A Universidade no Século XXI: para uma Universidade Nova**. SANTOS, Boaventura de Sousa, \_\_\_\_\_ (Org.). Coimbra: Almedina, 2008.

FONSECA, Marília. O banco mundial e a educação: reflexões sobre o caso brasileiro. *In*: GENTILI, Pablo. **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Trad. de Vânia Paganini Thurler, Tomaz Tadeu da Silva. 15. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e sociedade**. 7. ed. rev. São Paulo – SP: Centauro, 2005.

LIMA, Luciana Leite, D’ASCENZI, Luciano. **Políticas Públicas, Gestão Urbana e Desenvolvimento Local**. Porto Alegre – RS: Metamorfose, 2018.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva, Jeanne Sawaya. Rev. Edgard de Assis Carvalho. 2. ed. São Paulo – SP: Cortez; Brasília – DF: UNESCO, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nova Iorque, EUA: ONU, 1948. Disponível em:

<[http://observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws/observatorio/wp-content/uploads/2017/04/Anexo4\\_DUDU\\_por.pdf](http://observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws/observatorio/wp-content/uploads/2017/04/Anexo4_DUDU_por.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2022.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. 3. ed. rev. atua. Florianópolis – SC; Brasília – DF: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; CAPES/UAB, 2014.

SARLET, Ingo Wolfgang, MARINONI, Luiz Guilherme, MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. 6. ed. São Paulo –SP: Saraiva, 2017.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte – MG: SEBRAE, 2008.

MENDES, Thamiris Christine, BACCON, Ana Lúcia Pereira. Profissão docente: o que é ser professor. *In: XII Congresso Nacional de Educação*. Curitiba – PR: PUCPR, 2015. Disponível em:<[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17709\\_7650.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17709_7650.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2022.

GARCIA, Tânia Cristina Meira, SOBRINHO, Djanní Martinho dos Santos, GARCIA, Tulia Fernanda Meira. **Profissão docente**. Natal – RN: EDUFRN, 2014.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro – RJ: Ed. Paz e Terra, 1967.

RÊGO, Luciane Borges do, LIMA, Maria Vitória Ribas de. **Didática**. Recife – PE: UPE, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo – SP: Cortez, 2006.

CRUZ, Lilian Moreira, COELHO, Livia Andrade, FERREIRA, Lúcia Gracia. Docência em tempos de pandemia: saberes e ensino remoto. *In: Debates em Educação*. v. 13. ed. 31. Maceió – AL: UFAL, 2021. Disponível em:<<https://doi.org/10.28998/2175-6600.2021v13n31p992-1016>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

PALUDO, Elias Festa. Os desafios da docência em tempos de pandemia. *In: Em Tese*. v. 17. ed. 2. Florianópolis-SC: UFSC, 2020. Disponível em:<<https://doi.org/10.5007/1806-5023.2020v17n2p44>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

DUARTE, Alexandre William Barbosa, HYPOLITO, Álvaro Moreira. Docência em tempos de Covid-19: uma análise das condições de trabalho em meio a pandemia. *In: Revista Retratos da Escola*. v. 14. ed. 30. Brasília-DF: ESFORCE, 2020. Disponível em:<<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

COTRIM-GUIMARÃES, Iza Manuella Aires, RIBEIRO, Elisa Antonia, BARROS, Giuliana de Sá Ferreira. Desafios da docência para a permanência dos estudantes em tempos de pandemia. *In: Revista Labor*. v. 1. ed. 26. Fortaleza-CE: UFC, 2021. Disponível em:<<https://doi.org/10.29148/labor.v1i26.72024>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

SOUZA, Jackeline Maria, DELL'AGLI, Betânia Alves Veiga, COSTA, Rodney Querino Ferreira da, CAETANO, Luciana Maria. Docência na pandemia: saúde mental e percepções

sobre o trabalho on-line. *In: Teoria e Prática da Educação*. v. 24. ed. 2. Maringá-PR: UEM, 2021. Disponível em:<<https://doi.org/10.4025/tpe.v24i2.59047>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

VASCONCELOS, Inayla Encarnação de. **Especialização em Educação 4.0**. Manaus-AM: IDAAM, 2018.

NETO, José Simão de Oliveira, LIMA, Francisco Samuel de Souza, MACÊDO, Luciana Maria de Souza. A sala de aula interativa: uma estratégia metodológica no ensino de matemática. *In: Educação 4.0: aprendizagem, gestão e tecnologia*. Org. Ricardo Damasceno de Oliveira, Mônica Maria Siqueira Damasceno. Iguatu-CE: Quipá, 2021.

ANJOS, Alexandre Martins dos, SILVA, Gláucia Eunice Gonçalves da. **Tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDIC) na educação**. Cuiabá-MT: UFMT, 2018.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS), ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Folha informativa sobre COVID-19**. Washington, EUA, Genebra, Suíça: OPAS, OMS, 2021. Disponível em:<<https://www.paho.org/pt/covid19>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MARTINS, Vivian, ALMEIDA, Joelma. Educação em Tempos de Pandemia no Brasil: Saberes-fazeres Escolares em Exposição nas Redes. *In: Revista Docência e Cibercultura*. v. 4. n. 2. Rio de Janeiro – RJ: REDOC, 2020. Disponível em:<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/51026>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BAUER, Martin W., GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis – RJ: Vozes, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo – SP: Atlas, 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo – SP: Atlas, 2005.